

Associativismo no projeto São Francisco: estudo da Vila Produtiva Rural Negreiros

Fabiane Macedo Borges¹

***Resumo:** O presente artigo é fruto da pesquisa de Mestrado que analisa o processo de constituição da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), tendo em vista sua contribuição para a construção de um espaço democrático de participação. São apresentadas as principais polêmicas em torno do Projeto São Francisco e a reflexão sobre os elementos constitutivos do processo de participação dos moradores das Vilas Produtivas Rurais. Como categorias de análise são trabalhados os temas da democracia, da participação e do associativismo civil no Brasil, com destaque para a região nordeste e para o associativismo produtivo rural. Este estudo considera que a organização das famílias em associações é importante para incentivar a participação da população no processo de tomada de decisões, tornando a associação um espaço potencial para o exercício democrático.*

***Palavras-chave:** Democracia; Participação; Associativismo; São Francisco.*

Introdução

O presente artigo é fruto da minha dissertação de Mestrado, no qual pesquisei o processo de formação das associações das Vilas Produtivas Rurais (VPRs) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), utilizando como estudo de caso a Vila Produtiva Rural Negreiros, localizada no município de Salgueiro/PE, onde 26 (vinte e seis) famílias foram reassentadas em novembro de 2010.

¹ Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília – UnB. Assistente Social do Ministério da Integração Nacional.

A partir de pesquisa socioeconômica realizada pelo Ministério da Integração Nacional (MI, 2008) verificou-se que grande parte da população a ser reassentada nas VPRs do PISF não contava com formas de organização social, vivendo e trabalhando de maneira predominantemente isolada. Com a transferência para as Vilas Produtivas Rurais essas famílias têm de compartilhar um espaço coletivo de vida e de trabalho, tornando grande o desafio da organização social. A justificativa da pesquisa está na importância de analisar, em aspectos gerais, as principais características das associações formadas no processo de instalação das VPRs, com especial atenção para a VPR Negreiros, com ênfase nas principais dificuldades e potencialidades vivenciadas pelos membros desta associação durante o processo participativo, considerando a amplitude do PISF e o interesse que esse projeto polêmico desperta na sociedade.

Autores como Avritzer, Recamán e Venturi (2004) e Scherer-Warren (1996, 2004) afirmam que o fenômeno da vida associativa na sociedade brasileira ainda tem sido relativamente pouco estudado, sendo os trabalhos a cerca das associações civis em contextos locais, ainda mais raros. Não há registro na literatura, até onde se sabe, de estudos acadêmicos em torno das famílias reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais do Projeto São Francisco e de sua organização social, sendo considerado muito importante ampliar a discussão e o debate sobre o assunto em questão. Todavia, é importante alertar que o presente artigo não se trata de uma análise exaustiva, mas sim de um estudo preliminar, uma vez que o próprio processo de reassentamento e a consolidação das associações de moradores nas VPRs do PISF encontram-se ainda em andamento.

É importante ressaltar que a presente investigação traz consigo um desafio crítico, na medida em que à época da pesquisa eu era parte da equipe técnica do PISF, onde atuei como assistente social no acompanhamento das famílias atendidas no Programa de Reassentamento de Populações, tendo contato direto com os reassentados, bem como com suas associações e

com a equipe técnica governamental. Se por um lado, isso é visto como um desafio, por outro lado, revela algumas vantagens como o maior acesso aos documentos do programa, o acúmulo de observações sobre as experiências vivenciadas junto ao objeto de pesquisa e a proximidade com os sujeitos envolvidos, o que facilitou o acesso e a troca de informações.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de constituição da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, tendo em vista sua contribuição para a construção de um espaço democrático de participação.

A hipótese que guia o processo desta pesquisa é que a organização das famílias na Associação de Reassentados na Vila Produtiva Rural Negreiros é importante para incentivar a participação dos moradores no processo de tomada de decisões, tornando assim, a associação um espaço potencial para o exercício democrático.

Como categorias de análise foram trabalhados os temas da democracia, com especial ênfase para a democracia participativa e o processo de redemocratização do Brasil; a participação, com seus limites e potencialidades; e o associativismo civil no Brasil, com destaque para o associativismo no nordeste e o associativismo produtivo rural.

Para a análise dos dados da pesquisa sobre a formação da associação da VPR Negreiros, utilizaram-se os seguintes métodos: pesquisa documental, compreendendo o estudo dos documentos institucionais e da associação; observação participante, composta pelas observações realizadas na prática profissional da pesquisadora; e as entrevistas, sendo 1 entrevista aberta, 1 coletiva e 1 individual, dirigidas a 9 dirigentes da associação e a 3 técnicos governamentais. O método de análise dos dados utilizado foi a análise de conteúdo, buscando compreender e interpretar os dados à luz da teoria estudada. A análise de conteúdo, uma das metodologias mais utilizadas nas pesquisas sociais, propõe aprofundar a análise e a interpretação dos dados, centrada na busca da compreensão dos sentidos atribuídos pelos atores à realidade que vivenciam (GOMES,

2010; GUERRA, 2010; MINAYO, 2006, 2010). “É a descoberta dos seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (MINAYO, 2010, p. 27).

1. O Projeto São Francisco

Principais polêmicas

Ao se referir ao rio São Francisco, é importante considerar a região que engloba seus afluentes, ou seja, toda a sua bacia hidrográfica. E ainda, refletir sobre o amadurecimento das relações culturais, econômicas e políticas que se deram em torno do rio, pois esse não é um rio que une apenas estados e regiões, mas o chamado *rio da integração nacional*, une sonhos, esperanças, expectativas, interesses, bem como conflitos e grandes contradições ao longo de sua história.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (MI, 2004) descreve o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional como um empreendimento de infraestrutura hídrica onde dois sistemas independentes, denominados eixo norte e eixo leste, captarão água no rio São Francisco, entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco.

Considerado um projeto centenário, o PISF é permeado por várias polêmicas. O Projeto de Integração de Bacias há décadas vem alimentando o sonho do sertanejo de viver do uso da água, combatendo o êxodo rural, por meio da fixação do homem do campo em seu espaço, fortalecendo os laços de parentesco e culturais existentes. Do ponto de vista dos argumentos favoráveis (MI, 2004), é defendido que o projeto garantirá água para o abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, estimulando o desenvolvimento social, o crescimento econômico e proporcionando melhorias na qualidade de vida de cerca de 12 milhões de pessoas.

Os argumentos contrários por sua vez são defendidos por autores como Junior (2007) e Suassuna (2007), que defendem haver com o PISF o suposto favorecimento dos grandes latifundiários e dos empresários do agronegócio, além da ampliação dos estoques de água dos maiores reservatórios da região nordeste, não adequação da região beneficiada devido à má qualidade da terra para a produção e ao alto índice de evaporação da água, desconsideração dos impactos ambientais e, ainda, que o projeto não traria em sua concepção uma proposta de convivência com o semiárido, não atraindo, portanto, mudanças sociais profundas.

Visão dos Reassentados

Para contribuição à discussão em torno do PISF será demonstrada neste artigo a visão geral dos dirigentes da VPR Negreiros sobre o projeto e sobre o reassentamento. Sobre a realidade vivida pelas famílias após o reassentamento na Vila Produtiva Rural Negreiros, foram apontadas pendências na infraestrutura como a não entrega dos lotes produtivos aos agricultores e a insegurança no sistema de abastecimento da água. Essas questões foram consideradas pelos dirigentes como as principais dificuldades do processo de reassentamento, gerando incertezas quanto ao futuro do projeto.

A questão da água tornou-se emblemática uma vez que o projeto se propõe justamente a suprir a carência de água na região.

(...) Era pra gente ter água diretamente da adutora, água encanada pra que a gente se sinta seguro, porque aqui ainda tá inseguro, tá na balança. É na esperança que possa ser bom, mas a gente também tá na esperança de que possa ser muito ruim. A gente não tá bem acomodado e podendo dizer com isso eu posso dormir tranquilo, nós não tamo ainda nesta certeza, não tamo seguros com isto (Dirigente 3).

A questão produtiva também foi muito enfatizada pelos dirigentes, que se queixam da impossibilidade de desenvolver suas atividades econômicas na vila, uma vez que a área produtiva não foi entregue. Ainda que o MI tenha garantido a sobrevivência destas famílias por meio do repasse de um auxílio temporário equivalente a um salário mínimo e meio, e ainda que alguns homens estejam trabalhando nas obras do PISF, as famílias não se sentem seguras, posto que faz parte da sua vida e da sua cultura o trabalho no campo. Além disso, a atividade produtiva é considerada uma forma de garantir a sobrevivência dos agricultores com autonomia. As pendências verificadas na VPR Negreiros revelam um ponto de tensão na relação entre os moradores e o MI, passando os associados a reconhecer a associação como espaço privilegiado para a reivindicação das demandas relacionadas à vila.

Do ponto de vista dos pontos favoráveis, alguns entrevistados apontaram a maior proximidade entre os vizinhos após a transferência para a VPR como sendo o maior benefício do processo de reassentamento, além do maior convívio intrafamiliar. A importância dada ao estreitamento dos laços familiares é atribuída à permanência dos trabalhadores em seu local de moradia, numa região marcada pelo êxodo rural.

Houve também o apontamento do fato de a casa ser própria, considerando que a maioria das famílias, conforme pesquisa socioeconômica (MI, 2008), não possuía a propriedade da casa; e ainda, a quadra de esportes, apontada como espaço de lazer para os homens, jovens e crianças; a coleta de lixo, uma vez que no antigo endereço as famílias não dispunham desse serviço; e a proximidade da cidade de Salgueiro, permitindo o acesso dos moradores da vila a vários serviços disponíveis no município. “Tem as nossas casas novas. Que eu não tinha uma casa e hoje eu tenho. O terreno é meu mesmo, no meu nome. E pra mim isso é um ponto positivo. E tem as quadras de esporte pros meus filhos.” (Dirigente 4).

Como as famílias se encontram em um processo novo de reassentamento, é natural que surjam algumas inseguranças e até

mesmo temor diante de um futuro desconhecido, no entanto, considera-se que as pendências de infraestrutura verificadas no interior da VPR só agravam esse cenário, no qual as famílias sentem receio quanto ao futuro, gerando um clima de incerteza generalizado na população reassentada. No entanto, cabe considerar que o PISF é uma obra de grande magnitude e seria precipitada uma avaliação conclusiva neste momento do empreendimento, ficando alguns alertas interessantes para o futuro do projeto e a esperança de que este venha a realizar o sonho do sertanejo de ter água em abundância para viver e produzir.

2. O Programa Básico Ambiental de Reassentamento das Populações – PBA 08 e as Vilas Produtivas Rurais (VPRs)

Para melhor compreensão da temática estudada, serão brevemente apontadas as principais características do Programa de Reassentamento e das Vilas Produtivas no contexto do PISF. O Programa Básico Ambiental de Reassentamento das Populações (PBA-08) (MI, 2005) compõe o Projeto Básico Ambiental para fins de licenciamento do projeto e aponta como objetivo principal propiciar às famílias afetadas pelas obras condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual (período anterior à transferência).

A área para desapropriação é a faixa de 200 (duzentos) metros ao longo do traçado dos canais e de 100 (cem) metros acima da cota máxima dos reservatórios. O cadastro fundiário e a pesquisa socioeconômica, realizados na fase de elaboração do Projeto Básico Ambiental (MI, 2005) indicam que residiam na área cerca de 273 (duzentos e setenta e três) famílias proprietárias e 572 (quinhentos e setenta e duas) famílias não proprietárias, totalizando 845 (oitocentos e quarenta e cinco) famílias.

Além da residência na área a ser desapropriada, adotou-se, ainda, como critério de elegibilidade ao reassentamento, o valor da indenização devida pelas terras e/ou pelas benfeitorias a ser pago às famílias proprietárias e não proprietárias, que foi estipulada em até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Para a instalação dos Reassentamentos Rurais Coletivos, foram definidas as Vilas Produtivas Rurais, para as quais foram selecionadas dezoito áreas localizadas ao longo da faixa de 2,5 km a partir de cada uma das margens dos canais. Alguns dos benefícios previstos no PBA-08 (MI, 2005) para as famílias reassentadas nas VPRs são: a titularidade dos lotes produtivos e residências; a preservação dos laços de parentesco e de vizinhança nos locais de reassentamento rural coletivo; infraestrutura básica de abastecimento de água, sistema sanitário e eletricidade; infraestrutura social (escola, posto de saúde e centro comunitário) e infraestrutura de apoio à produção; assistência técnica para a retomada das atividades produtivas.

3. O associativismo no contexto da democracia e da participação

Democracia e Redemocratização do Brasil

O tema da democracia vem sendo estudado de forma crescente, sobretudo no final do séc. XIX e início do séc. XX. A questão da emergência da democracia no século XX é analisada por Avritzer e Santos (2002), os quais apontam duas grandes correntes: a democracia representativa e a democracia participativa. Os autores destacam, com bastante ênfase, a disputa entre duas tendências: o elitismo democrático, considerado pensamento hegemônico no pós-guerra, que reduz basicamente o processo democrático ao processo eleitoral; e a democracia participativa, movimento contra-hegemônico, entendendo a democracia como processo mais amplo de convivência humana.

Para Avritzer e Santos (2002), a democracia participativa assenta-se na ideia de que é o povo quem deve definir, acompanhar e autorizar as decisões políticas, indo o exercício da democracia, muito além do processo eleitoral. Nessa visão a participação possui um caráter pedagógico, ou seja, a vida política passa a ter um sentido socioeducativo. Destacam ainda, que nessa concepção, a democracia seria uma gramática da organização social e da relação entre o Estado e a sociedade por meio do reconhecimento da pluralidade humana. Para os autores, passando pela manifestação pública dos interesses da população, as decisões políticas tendem a alcançar maior eficiência e legitimidade.

Nesse cenário conflituoso, os vários autores estudiosos da democracia participativa defendem que ela está diretamente relacionada ao processo histórico de democratização de vários países, inclusive ao processo de redemocratização do Brasil, marcado pelo projeto participativo e democratizante.

A história do Brasil alterna períodos autoritários e democráticos até 1985, tendo o seu processo de redemocratização sido consolidado na Constituição Federal de 1988, conhecida também como *Constituição Cidadã*. Nesse contexto, sob o marco histórico da democratização, é proposta uma forma de governo descentralizada e a institucionalização da participação popular por meio do estabelecimento de novos espaços, entre eles, os conselhos gestores, as conferências, o orçamento participativo e as audiências públicas.

Dagnino (2004, p. 95) aponta para o processo de “alargamento da democracia” que se consagrou tendo como princípio a participação da sociedade civil, expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade nos processos de discussão e tomada de decisões. As principais forças envolvidas nesse processo compartilhariam um projeto democratizante e participativo, ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia.

Contudo, se os anos 1980 representaram o advento de uma sociedade mais democrática, em que uma nova cidadania é

estimulada – em particular com a Constituição Federal de 1988 – nos anos 1990, o projeto neoliberal entra na disputa pela hegemonia na política, tentando reforçar sua soberania no cenário político nacional. Como parte da estratégia para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e da transferência para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

Com a chegada do governo Lula (2003- 2010) ao poder, foi observada maior abertura à participação dos movimentos populares e maior investimento em políticas de cunho social, influenciando o rumo das decisões políticas e a organização dos movimentos da sociedade (AVRITZER, 2009).

Participação

No âmbito da atuação dos movimentos da sociedade civil, é praticamente consenso entre os estudiosos que o processo de redemocratização do país criou espaços para o aumento da participação social, contribuindo para o maior controle dos atos públicos e para a melhoria da eficiência dos mecanismos de prestação de contas. Nesse contexto, é realizada a análise sobre os desafios impostos ao processo participativo.

Demo (1996) destaca que a participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo preexistente, que cai do céu. Aponta também alguns riscos relacionados à participação: tendência histórica à dominação, participação tutelada (de cima para baixo), banalização dos processos participativos. O autor destaca, ainda, a participação como processo, o que implica em não poder ser totalmente controlada nem tutelada, sob o risco de não ser de fato participação.

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo no sentido legítimo do termo: infundável,

em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual (DEMO, 1996, p.18).

Associativismo

Sobre o associativismo no contexto do processo de redemocratização, historicamente, Avritzer (2004), explica que o Brasil foi considerado até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constitui uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social, gerada pela esfera privada.

Scherer-Warren (2004, p. 33) afirma que “parece haver uma relação entre a institucionalidade democrática e o crescimento do associativismo civil”. Demonstrando haver uma relação direta entre o aumento no número dos registros das associações e o processo de democratização. A autora constata que nos sistemas políticos autoritários tende a predominar um associativismo não político e nos sistemas políticos democráticos cresce o associativismo institucionalizado, frequentemente, ligado a um movimento cidadão mais amplo, da esfera local, à nacional e à global.

Ganança (2006) examina o fenômeno da ação coletiva institucionalizada no Brasil por meio da análise do associativismo civil. Além de mapear, caracterizar e classificar tais organizações, sua pesquisa estuda o universo associativo e seu crescimento em anos recentes. O estudo tem como base a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (IBGE, 2004), em parceria com duas redes de organizações da sociedade civil.

Ganança (2006) chama a atenção para o exponencial crescimento do associativismo no Brasil, a partir da década de

1990. Segundo a pesquisa do IBGE (2004), as associações civis no Brasil cresceram 157% entre 1996 e 2002.

O autor chama, ainda, a atenção para o fato de haver um verdadeiro desequilíbrio com relação às diversas expressões associativas no país, na medida em que, de um lado, encontram-se grupos associativos que detêm maior possibilidade de acesso a recursos e ao poder e, de outro, poucas e frágeis associações constituídas por grupos socialmente vulneráveis, não garantindo, de fato, a democratização do acesso dessas associações ao sistema político.

Avritzer (2007) estuda o fenômeno da participação social no nordeste, demonstrando um quadro detalhado da participação na região, onde busca fugir da dicotomia *sudeste, moderno, participativo x nordeste, não moderno, e não participativo*. Para o autor, existe um quadro sofisticado e multifacetado sobre a participação no nordeste. “Um quadro enfim, que permita superar preconceitos e substituí-los por análises concretas sobre a especificidade das práticas participativas na região” (AVRITZER, 2007, p. 11).

Para Mercoiret e Sperry (2003), o associativismo rural é uma forma de combater os princípios paternalistas. Além dos ganhos econômicos e de produção, os autores consideram o poder de reivindicação dos agricultores e sua organização em associações como estratégias utilizadas para melhorar as condições de vida e o bem-estar dos associados.

Para os agricultores, provavelmente, o resultado mais importante das associações, seja o de contribuir para o processo de conscientização coletiva sobre a necessidade de se organizarem para buscar soluções para seus problemas e atrair para si a responsabilidade dessa busca (MERCOIRET e SPERRY, 2003, p. 65).

Vários autores estudiosos do tema consideram o associativismo um aliado importante na luta contra a desigualdade e a subordinação tão presentes no mundo rural,

sendo também uma forma de luta pela melhoria das condições de vida, ampliando e fortalecendo a luta por justiça social.

4. O Processo Participativo na Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros

Perfil dos Dirigentes

Para o estudo da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros é preciso considerar o perfil dos associados, e mais precisamente dos dirigentes, marcado pela baixa escolaridade, predominância de mulheres nos cargos de direção e de faixa etária de adultos, além de outros aspectos que influenciam a forma como se dá o processo participativo na associação. Na VPR Negreiros foram reassentadas em novembro de 2010, 26 famílias, sendo cerca de 70 pessoas. A Associação de Reassentados da VPR Negreiros é formada pela diretoria: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário; e pelo conselho fiscal: três titulares e três suplentes. Sendo o total de dez cargos eletivos, tendo nove participado das entrevistas.

O fato da maioria dos dirigentes da associação ser de mulheres chama a atenção, na medida em que boa parte da literatura aponta para a maioria masculina nas organizações populares, sobretudo nos cargos de direção (NEVES 2008; SCHERER-WARREN, 2004), embora seja registrado também o aumento no número e no nível da participação popular das mulheres nos últimos anos, principalmente nas organizações que seguem a temática de gênero (movimento feminista), acompanhando as mudanças no mercado de trabalho e os novos arranjos familiares (GOHN, 2008). No caso da associação da VPR Negreiros, a partir dos depoimentos foi possível vislumbrar a nítida divisão de funções por sexo na VPR, onde os homens em sua grande maioria trabalham fora de casa e nos finais de semana praticam atividades de lazer, como frequentar a feira da cidade ou o futebol na própria VPR. As mulheres, por sua vez, cuidam

das crianças e dos afazeres domésticos e são quem, geralmente, se dedicam às atividades de direção da associação, além de participarem em maior número das celebrações religiosas. Uma das possíveis explicações para essa tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres seria o não envolvimento direto dessas no desempenho de atividades produtivas remuneradas, quadro ainda muito comum nas áreas rurais.

Ressalta-se que a atuação das mulheres como dirigentes da associação revela que mesmo essa sendo, possivelmente, fruto da divisão social entre os gêneros, potencializa a participação feminina e coloca a mulher em posição de destaque na discussão das decisões relacionadas à Vila, fortalecendo o papel participativo feminino.

A pesquisa demonstra que não há analfabetos na direção da associação; seis dirigentes, ou seja, a maioria, não completou o ensino fundamental, sendo que todos esses frequentaram a escola apenas até a 4ª série do antigo primário; apenas um dirigente concluiu o ensino fundamental; e dois concluíram o ensino médio. Não há dirigentes com ensino superior. É importante frisar que durante a entrevista coletiva, alguns dirigentes fizeram questão de destacar que na VPR Negreiros, os moradores com participação mais ativa na associação são os menos escolarizados. Para eles, os sócios que têm mais estudo muitas vezes não se disponibilizam, alegando estar muito envolvidos em atividades de interesse pessoal e não ter tempo para os assuntos da associação, fato que talvez explique, em parte, a pouca atuação dos jovens na associação, cuja direção é composta somente por adultos. Esse dado pode levar a refletir sobre uma não vinculação direta entre nível de escolaridade e participação social. Demo (1996) reforça a ideia de que no processo de participativo é preciso investir no trabalho de fortalecimento da consciência política, para que os indivíduos sejam capazes de dirigir o próprio destino com autonomia, aliando conhecimento e participação política.

Trajatória social e política

Existem, segundo os depoimentos, predominantemente três grupos familiares, oriundo de agricultores que, à época, exerciam grande influência local. Foi marcante nas entrevistas o alto grau de importância atribuído aos laços de parentesco entre os moradores da vila. Autores como Sperry (1999) destacam que as associações de pequenos agricultores costumam integrar os habitantes de uma mesma comunidade, reunindo indivíduos com laços de parentesco ou de vizinhança que assumem características comuns e distintas e que apresentam forte ligação com a terra e o meio ambiente onde vivem há diversas gerações.

Sobre a trajetória social e política dos dirigentes, os entrevistados declararam participar apenas da antiga associação existente antes do reassentamento, sendo que a maioria, passou a assumir função de direção apenas com a implantação da nova associação, inaugurando um novo perfil participativo na VPR.

Quando perguntados sobre a participação em sindicato, sete dirigentes afirmaram ser sindicalizados no *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro*, demonstrando haver uma forte ligação do sindicato rural com os participantes da associação, confirmando o estudo de vários autores que destacam o sindicato como sendo uma das primeiras e mais fortes formas de organização social no meio rural (GASTAL, XAVIER E ZOBY, 2002;), mantendo ainda hoje essa tradição.

Criação da associação e relação com a sociedade

Em 13 de julho de 2010 foi constituída a *Associação dos Reassentados da VPR Negreiros (ARVIPRON)*. A transferência das famílias para a VPR Negreiros deu-se em novembro do mesmo ano.

Sobre as vantagens da criação da associação da VPR Negreiros, cinco dirigentes apontaram a maior facilidade de acesso da associação a benefícios. Outros três apontaram a

associação como um espaço de aprendizagem. Um dos entrevistados apontou a vantagem de futuramente a associação se constituir numa possível oportunidade de trabalho.

Sperry (1999) ressalta algumas vantagens da organização da sociedade em associações, alguns deles coincidentes com os que foram apontados pelos dirigentes da associação da VPR Negreiros, como aspectos políticos no sentido de alcançar maior visibilidade perante a sociedade e os poderes públicos e, ainda, aspectos econômicos, como alcançar uma figura jurídica que permita acessar o crédito bancário e adquirir coletivamente máquinas e implementos agrícolas para potencializar a produção, além de aspectos sociais, como ter acesso a serviços de atendimento médico, educação, eletrificação, telefonia, atividades de lazer. É também enfatizado o processo de aprendizagem proporcionado pelo próprio exercício participativo.

A atuação do MI junto às famílias a ser reassentadas nas VPRs, por conta do próprio processo de reassentamento e da construção das obras, sempre foi muito próxima. A atuação do Estado como um dos principais incentivadores da formalização das associações é amplamente registrado na literatura que trata do tema, apontando para o aumento na institucionalização diretamente relacionado ao processo de redemocratização do Brasil e, conseqüente, institucionalização da participação (AVRITZER, 2004, 2009; GANANÇA, 2006; NEVES, 2008; SCHERER-WARREN, 2004). No contexto da Associação de Reassentados da VPR Negreiros por ser a desapropriação das terras e a conseqüente ação de reassentamento uma iniciativa governamental, considera-se importante o comprometimento do governo com os processos e resultados das organizações sociais formadas, por meio do desenvolvimento de ações que proporcionem recursos, incentivos e motivação aos agricultores para que suas organizações sejam fortalecidas, sendo grande, contudo, o desafio do Estado de não interferir na sua capacidade de autonomia.

A atuação do MI se dá, sobretudo por meio de capacitações e do acompanhamento das ações da associação. Na visão dos técnicos governamentais entrevistados, uma das ações mais importantes do MI junto às associações é a de sensibilizar os associados quanto à importância da participação e da organização social das famílias.

O que se precisou trabalhar muito mais do que a mobilização, foi a sensibilização. A sensibilização pra mostrar pra comunidade a importância de se organizar em associação. Mostrar que individualmente, ela não consegue muito, mas se ela estiver em grupo, ela tem tudo pra crescer, porque a reivindicação deixa de ser minha e passa a ser nossa (Técnico 2).

Ainda segundo os técnicos, uma das principais atuações do MI no processo de acompanhamento das associações é o de esclarecer os associados sobre a importância do associativismo, além de promover o estímulo e as orientações necessárias para a constituição e funcionamento das associações. Os técnicos enfatizam que esse acompanhamento é importante e necessário, até que a associação conquiste a autonomia necessária para atuar de forma independente.

Foi possível observar que os técnicos governamentais demonstram uma postura democrática e comprometida com os resultados do processo, atuando como facilitadores do aprendizado. Autores como Demo (1996) defendem que os técnicos governamentais ao trabalhar com grupos sociais devem assumir posição de agente motivador, mobilizador, assessor. Nesse mesmo caminho, Silva (2009) defende ser necessário que o profissional ao trabalhar com grupos sociais busque se aproximar da realidade vivida pela população, valorizando o seu conhecimento e usando-o como ferramenta de trabalho, buscando o maior envolvimento da população no planejamento e execução das ações.

Sobre a atuação da Prefeitura Municipal de Salgueiro, a mesma seria responsável pela gestão de alguns serviços como a coleta do lixo e o funcionamento da escola e do posto médico da VPR, embora estes dois últimos não estejam em funcionamento, sendo a escola por falta de demanda local que justifique o seu funcionamento, e o posto médico, por questões burocráticas, configurando uma expectativa futura dos moradores.

O Sindicato Rural atua, sobretudo, por meio da assessoria em documentos e reuniões, e como interlocutor entre a associação e o MI, além do encaminhamento dos agricultores a alguns benefícios sociais.

Lideranças

Quanto às principais lideranças, a atual presidente da associação já havia sido presidente da antiga associação por duas vezes, somando sete anos de mandato ao todo. Parte dos dirigentes e os técnicos governamentais apontaram a postura da presidente como sendo centralizadora, com alguns entrevistados declarando sentir necessidade de maior divisão das responsabilidades entre os membros da direção, além de maior participação nas decisões e maior discussão dos assuntos, demonstrando que os próprios dirigentes estão compreendendo melhor seu papel e reivindicando mais espaço, no sentido de contribuir para a continuidade das ações e para o fortalecimento da associação.

Os autores estudiosos dos processos de organização social consideram que o questionamento do papel das lideranças é natural e até favorável ao amadurecimento do processo participativo (NEVES 2008; SCHERER-WARREN, 2004).

Considera-se que, ainda é muito cedo para prever se haverá alternância ou rotatividade entre os dirigentes no cargo da associação, porém é possível, neste momento, valorizar as primeiras conquistas expressas no maior comprometimento dos dirigentes e na assimilação do seu papel de liderança na VPR, além do que vem se verificado que a própria presidente tem-se

mostrado mais aberta ao compartilhamento das responsabilidades.

Participação na associação

Os entrevistados foram unânimes em apontar a realização de reuniões como sendo a principal ação da associação, em que as atas demonstram que os principais assuntos desenvolvidos são a prestação de contas, a infraestrutura da vila, o funcionamento dos equipamentos coletivos, além de assuntos relacionados ao convívio social.

A partir da análise dos depoimentos, constatou-se a predominância na reunião dos assuntos relacionados ao funcionamento e à gestão da área urbana da VPR, apontando para a caracterização da VPR Negreiros mais voltada para o que alguns autores denominam de associativismo de bairro (AVRITZER, 2004; SCHERER-WARREN 1996, 2004; GANANÇA, 2006). Entretanto, é importante salientar, que tanto no estatuto da associação, como nos vários pontos das entrevistas, foi expressa a perspectiva de no futuro a associação trabalhar para a produção e a comercialização coletiva, assumindo assim, também, características de associação produtiva rural.

Quanto a outras formas de agrupamento social na VPR, as atividades religiosas foram apontadas tanto pelos dirigentes como pelos técnicos entrevistados, como sendo a principal atividade para reunião dos reassentados, além da associação. É importante observar que, segundo os depoimentos, as práticas religiosas apenas tiveram seu início com a transferência das famílias para a VPR. Isso leva a identificar essas manifestações religiosas como inauguradoras de uma nova forma de sociabilidade entre as famílias, provocada pelo processo de transferência.

Em relação às principais decisões tomadas até o momento pela associação, foi verificado que cerca de metade dos entrevistados não identificou decisões tomadas até o momento e

a outra metade identificou predominantemente decisões que se referem a demandas com perspectivas futuras de atendimento, chamando a atenção para a dificuldade de alguns dirigentes em reconhecer a associação como um espaço decisório participativo, talvez pelo pouco tempo de constituição da mesma, quando naturalmente os resultados de algumas ações demoram a ser percebidos.

Sobre a identificação de conquistas no processo participativo, cerca de metade dos dirigentes entrevistados não identificou, coincidindo com o dado sobre a identificação das principais decisões tomadas. Já a outra metade apontou questões subjetivas relacionadas à maior união, participação e aprendizado. Alguns autores afirmam que os ganhos subjetivos são uma das principais conquistas do processo participativo (DEMO, 1996; GANANÇA, 2006).

Os técnicos governamentais também ressaltaram os ganhos subjetivos da participação.

(...) Uma delas é a comunidade se perceber como sujeito do processo, eu acho que isso é uma conquista. É uma conquista que ela não é palpável, mas acho que é importante. O segundo é que a comunidade, ela consegue demandar, consegue se mobilizar. Eu acho que essas são as principais conquistas do ponto de vista humano (...)
(Técnico 1).

Considera-se importante acompanhar o processo participativo da associação de modo a perceber se os resultados objetivos aparecerão com o tempo e com o desenvolvimento das ações, do contrário, possivelmente a associação terá de repensar suas estratégias sob pena de que a falta de resultados práticos desestimele a participação.

Sobre a participação dos associados, do ponto de vista da frequência nas assembleias, reuniões e capacitações, foi constatado um número expressivo de participantes, cerca de 80% dos representantes, segundo registrado nas listas de presença.

Ainda sobre a participação na associação da VPR Negreiros, os técnicos entrevistados foram unânimes em reconhecer que, mesmo fazendo parte de um cenário novo, a participação já apresenta alguns avanços significativos, como a demonstração de um maior entendimento, sobretudo por parte dos dirigentes, da importância de participar coletivamente e de compartilhar responsabilidades. Os técnicos observam que o grau de engajamento dos associados nas reuniões e capacitações vem crescendo, tendo os reassentados se posicionado mais, discutindo melhor os assuntos e propondo soluções, novamente com destaque para a atuação dos dirigentes da associação.

(...) A gente vai vendo mudanças de uma reunião pra outra. E eles começam a participar mais ativamente, a questionar porque isto, porque aquilo. Dá opinião, porque antes nas primeiras reuniões a gente ficava buscando a opinião deles e quase não saía nada. Então agora a participação é muito mais ativa. Você vê quando a gente forma grupo de trabalhos, que a gente fica assim, de fora, meio que supervisionando e a gente vê que a participação não fica só numa pessoa à frente que saiba escrever, quer dizer as outras pessoas começam a interagir. Eu acho que houve uma evolução (Técnico 3).

Entre os dirigentes que avaliaram a participação dos associados como ruim ou regular uma das queixas apresentadas diz respeito ao problema de parte dos associados não entender a importância da realização das assembleias, demonstrando desinteresse pelos assuntos tratados. Outra queixa apresentada foi quanto às críticas que os dirigentes recebem de alguns associados, sobretudo daqueles que menos participam da tomada de decisões. Esse cenário tem gerado insatisfação por parte de alguns dirigentes que se queixam do excesso de responsabilidades, além de perceber o não comprometimento com as decisões por parte de alguns associados.

Sperry (1999) destaca que muitas das dificuldades apresentadas pelas organizações de produtores rurais se

relacionam ao legado histórico deixado por antigas organizações sociais, muito comuns no sertão nordestino, em que as inovações participativas esbarravam em práticas políticas antidemocráticas e autoritárias marcadamente enraizadas na sociedade. Para a autora, a organização social no meio rural é, na verdade, um fenômeno cultural antigo, apenas o formato de associação é que apresenta algumas novidades, administrando velhas e novas formas de poder.

No contexto das várias dificuldades apontadas pelos entrevistados, é preciso considerar os trabalhos dos vários autores estudados (AVRITZER E SANTOS, 2002; DEMO, 1996) que destacam que participar não é uma tarefa fácil, pois exige dedicação, compromisso, envolvimento e abertura à negociação, sendo vários os percalços que podem levar os participantes ao desânimo como a demora no alcance de alguns resultados, o comodismo de alguns, as críticas recebidas, entre outros fatores que foram ressaltados durante as entrevistas.

Por outro lado, os dirigentes foram unânimes em demonstrar o seu entendimento de que o trabalho da associação permitirá aos sócios compreender melhor seus direitos. Ainda pelos depoimentos foi possível perceber que boa parte dos dirigentes mostra-se confiante de que o processo participativo motivará os sócios a se envolver na busca de soluções coletivas para os problemas da vila, destacando-se entre as palavras citadas: “crescimento”, “consciência”, “força”, “desenvolvimento” e “conquista”.

Se por um lado, a participação mais efetiva dos dirigentes constituiu-se em um avanço e um fator positivo no processo participativo da associação, por outro, chama a atenção o fato desse avanço não ter se disseminado na mesma proporção entre os demais associados. Esse quadro coloca algumas questões para o processo democrático participativo iniciado na associação da VPR Negreiros, uma vez que se entende que todos os membros da associação deveriam estar diretamente envolvidos no processo. Os autores estudiosos da democracia participativa ressaltam que para ela ser efetiva é necessário um

compartilhamento efetivo do poder de decisão entre os participantes na formulação e direcionamento/execução das ações (AVRITZER E SANTOS, 2002; NEVES, 2008). Assim, considera-se importante que o processo participativo evolua e envolva os demais dirigentes e associados, para que os resultados sejam compartilhados e as conquistas mais democraticamente distribuídas.

De qualquer forma, é importante registrar a evolução da participação social no processo de formação da associação da VPR Negreiros, como possibilidade de construção democrática, à medida que vem sendo exercitada a participação, a negociação e a partilha do poder de decisão entre os sócios, demonstrando ser um momento importante e favorável ao processo de gerenciamento da associação em bases democráticas. Negar o alcance dessas conquistas seria negligenciar o aprendizado coletivo de seus participantes e ainda o potencial democratizante da participação, no qual o exercício democrático é considerado um aprendizado e um desafio diário.

Conclusão

Considerando os avanços participativos verificados no desenvolvimento das ações da Associação de Moradores da VPR Negreiros reafirma-se a hipótese de que a organização das famílias nessa associação é importante para incentivar a participação dos moradores no processo de tomada de decisões, tornando-a um espaço potencial para o exercício democrático.

Na VPR Negreiros isso tem sido notado mais explicitamente no caso dos dirigentes da associação, tendo o engajamento mais efetivo dos demais sócios se mostrado um desafio interessante, na medida em que é necessário promover o maior envolvimento para o alcance dos resultados coletivos de forma mais democrática.

Os primeiros resultados verificados e a visão de futuro otimista demonstrada por parte dos dirigentes e pelos técnicos

entrevistados convida a refletir sobre os avanços verificados no processo participativo da Associação de Reassentados da VPR Negreiros, levando a acreditar que as novas potencialidades desenvolvidas devam evoluir e contribuir para a consolidação de um espaço democrático na associação.

Referências

AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. O associativismo na cidade de São Paulo. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 11-57.

_____. (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Ampliar o Cânone Democrático. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39 a 82.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In MATO, Daniel (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1996.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil:** características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB. Brasília: 2006.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 79 a 108.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2008.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo:** sentidos e formas de uso. Cascais: Princípio, 2010.

JUNIOR, João Abner Guimarães. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do rio São Francisco. In **Cadernos do CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: num. 227, p. 107 a 117, julho/setembro 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 9ª edição revisada e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____ (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI. **Plano de Sustentabilidade das Vilas Produtivas Rurais. Etapa 2.** FUNCATE - Fundação de Ciências Aplicações e Estudos Espaciais. Geosolos – Consultoria Projetos e Serviços LTDA. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2008.

_____. **Programa de Reassentamento de Populações – item 8.** PBA – Parte C. Concremat Engenharia, Logus Engenharia. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2005 b.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).** Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo Civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização. In CHAVES, Iara Maria e SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências.** Florianópolis: Insular, 2004, p. 21 a 44.

_____. **Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil.** Florianópolis: Insular, 1996.

MERCOIRET, Jacques; SPERRY, Suzana. **Associação de pequenos produtores rurais.** Planaltina – DF: Embrapa Cerrados, 2003.

NEVES, Angela Vieira. **Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo.** Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

SILVA, Ramom Campos Bastos da. **O uso de metodologias participativas como ferramenta estratégica na implantação da educação ambiental.** Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas. LAVRAS. Minas Gerais: 2009.

SPERRY, Suzana (Org.) **Organização dos produtores.** Brasília: Embrapa, 1999.

SUASSUNA, João. As Águas do Nordeste e o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. **Cadernos do CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: num. 227, p. 35 a 48, julho/setembro 2007.

Recebido em 30/05/2013 e
aceito em 12/12/2013.

Title: *Design associations in San Francisco: a study of Vila Produtiva Rural Negreiros*

Abstract: *This article is stealing the Master research that examines the process of constitution of the Association of Rural Productive Resettled Village Negreiros within the Integration Project of the San Francisco River to the northeast of the Northern River Basins (PISF), given its contribution to building a democratic space for participation. We present the main controversies surrounding the Project San Francisco and reflection on the elements of the process of participation of the residents of Productive Rural Villages. As categories of analysis are worked out the themes of democracy, participation and civil associations in Brazil, especially the northeast and the rural productive associations. This study considers the organization of associations of families is important to encourage popular participation in decision-making process, making the association a potential space for the democratic exercise.*

Keywords: *Democracy; Participation; Associations; San Francisco.*
